

The background of the cover is an impressionist painting. It depicts a city street scene with a fountain in the foreground, a building with a doorway in the middle ground, and a sky filled with swirling, textured brushstrokes in shades of blue, yellow, and white. The overall style is reminiscent of J.M.W. Turner's work.

revista  
**CIDADES**

volume 12 | número 20 | 2015

**LEITURAS  
SOBRE  
A CIDADE**

## SUMÁRIO

<b>PALAVRAS DO EDITOR .....</b>	<b>01</b>
---------------------------------	-----------

*Silvana Maria Pintaudi*

### LEITURAS SOBRE A CIDADE

CAMINHOS DA PRODUÇÃO FINANCEIRIZADA DO ESPAÇO URBANO: A VERSÃO BRASILEIRA COMO CONTRAPONTO A UM MODELO .....	04
--	----

Directions of the financialized production of urban space: the Brazilian case as a counterpoint to a standard

*César Ricardo Simoni Santos e Daniel Sanfelici*

MERCADO IMOBILIÁRIO : LOCALIZAÇÃO E AMENIDADES URBANAS.....	35
---	----

Real estate market: location and urban amenities

*André Ximenes Melo e Sônia A. B. Ximenes Melo*

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO : ESCALAS, CONFLITOS E INCERTEZAS... 74
---

Planning and management of the territory: scales, conflicts and uncertainties

*Adriana Gelpi e Rosa Maria Locatelli Calil*

ESPAÇOS PÚBLICOS E O DIREITO À CIDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS A PARTIR DE ESTUDOS SOBRE O USO DE PARQUES URBANOS EM CONTEXTOS DE SEGREGAÇÃO ESPACIAL NAS CIDADES DE SÃO PAULO E SOROCABA.....	105
--	-----

Public spaces and one's right to the city: theoretical and conceptual contributions based on studies of the use of urban parks in the context of spatial segregation of the cities São Paulo and Sorocaba

*Rosalina Burgos*

CIRCULAR, SANEAR E EMBELEZAR, SIGNOS URBANOS DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE BURGUESA: FRANCA-SP (1890-1930) .....	141
--	-----

Circle, clean up and embellish, urban signs of the construction of the bourgeois city: Franca-SP (1890-1930)

*Dirceu Piccinato Junior, Ivone Salgado e Luiz Augusto Maia Costa*

A CENTRALIDADE METROPOLITANA EM PEDAÇOS: REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS CENTROS E SUAS CENTRALIDADES.....	176
---	-----

The metropolis centrality in pieces: reflections on the new centers and their centralities

*Oséias Teixeira da Silva*

AS NOVAS FRONTEIRAS DA GENTRIFICAÇÃO NA TEORIA URBANA CRÍTICA ..... 207  
The new frontiers of gentrification in critical urban theory  
*Luís Felipe Gonçalves Mendes*

DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DA  
IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS INTEGRADAS AO SISTEMA ESPACIAL DO  
CAFÉ E FERROVIA..... 254  
The urban and territorial development of São Paulo State (Brazil) based from deployment of  
hydroelectric plants integrated into the space based system coffee and railways  
*Débora Marques de Almeida Nogueira e André Munhoz de Argollo Ferrão*

AS POSSIBILIDADES DE UM INSTRUMENTO: O ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA E  
SUA UTILIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE..... 281  
The possibilities of an instrument: the neighborhood impact study and its use in Belo Horizonte  
*Leonardo Barci Castriota e Lúcia Fortini Veloso*

## **RESENHA**

SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES, PROCESSOS E  
DIMENSÕES..... 306  
*Cláudio Smalley Soares Pereira*

# SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES, PROCESSOS E DIMENSÕES

**Cláudio Smalley Soares Pereira<sup>1</sup>**

Doutorando em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente  
clasmalley@hotmail.com

**CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA<sup>2</sup>**

**Pedro Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa;**

**Silvana Maria Pintaudi (Org.).**

*A cidade contemporânea: segregação espacial.*

São Paulo: Contexto, 2013. 207p.

O livro “*A cidade contemporânea: segregação espacial*” constitui o resultado de um esforço coletivo empreendido pelo Grupo de Estudos Urbanos (GEU). É o segundo produto lançado pelo GEU com vistas a debater temas pertinentes à cidade, ao urbano e ao processo de urbanização no Brasil. Como atestado pelos organizadores do livro já na introdução do mesmo, este é uma continuação, não apenas formal, do debate que fora empreendido no primeiro livro produzido pelo grupo (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011), mas avança em questões mais pontuais no que se refere à produção do espaço urbano, em particular no que concerne à segregação espacial.

Ainda que este livro seja uma continuação do anterior, convém destacar uma diferença deste em relação ao precedente, que se refere às grafias “socioespacial” e “sócio-espacial”<sup>3</sup>. A última seção da introdução no primeiro livro (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2011) é dedicada a explicar o significado das palavras “socioespacial” e “sócio-espacial”. A primeira faz referência somente ao *espaço social* como ângulo de análise, enquanto que a segunda se referiria *simultaneamente às relações sociais e ao espaço*, suas articulações dialéticas no

---

<sup>1</sup> Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – Processo: 2013/26896-0).

<sup>2</sup> Agradeço a Agnaldo Nascimento e a Rita de Cássia, companheiros de pós-graduação, pelas leituras, críticas e sugestões feitas na primeira versão do texto.

<sup>3</sup> O leitor interessado em saber mais sobre este debate pode consultar, além das respectivas introduções dos dois livros publicados pelo GEU, os trabalhos de Souza (2007, 2008) e Catalão (2011).

âmbito da totalidade social e preservando suas individualidades. Naquela publicação, cada autor optou por uma grafia própria – com hífen ou sem hífen – explicitando-a em notas nos finais dos capítulos ou mesmo nos seus textos, enquanto que na que analisaremos em seguida, por razões de normas ortográficas da língua portuguesa (p. 15), foi mantida apenas a grafia sem o hífen (socioespacial), mas com cada texto apresentando em nota explicativa, sempre que necessária, “o sentido que anteriormente ficava explícito com o uso do hífen” (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2013, p. 15).

A estrutura de “*A cidade contemporânea: segregação espacial*” é simples: dividido em nove capítulos, além da introdução escrita pelos organizadores, o livro apresenta várias perspectivas pelas quais a segregação é tratada, debatida e analisada. São capítulos que, vale ressaltar, não são totalmente complementares uns os outros. Em alguns momentos podem ser observadas propostas de análise que são contraditórias entre si – por exemplo, o debate em torno da existência ou não de uma “autossegregação” –, enquanto que em outras as distintas perspectivas parecem dialogar, mas o mais importante é que todas elas são relevantes para se analisar a realidade brasileira pelo ângulo da segregação espacial, contribuindo cada qual da sua maneira.

No primeiro capítulo, intitulado “*Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades*”, Pedro Almeida Vasconcelos se propõe a analisar noções e conceitos da Geografia e demais ciências sociais, diferenciando-os para evitar confusões. O autor inicia seu texto lembrando a problemática prática de transferência de conceitos originários dos Estados Unidos para explicar outras realidades, como a brasileira. O artigo contém apenas uma seção subdividida em três subseções: a) “as noções ligadas aos espaços”, onde o autor busca elucidar conceitos que são relativos à dimensão espacial, como diferenciação e desigualdade socioespacial, justaposição e separação, dispersão, fragmentação etc.; b) “as noções ligadas principalmente aos indivíduos”, referindo-se aos processos de “exclusão e inclusão”; e por fim c) “as noções

ligadas aos indivíduos e aos espaços”, em que apresenta e diferencia os conceitos de segregação e dessegregação, *apartheid*, *autossegregação*, agrupamento e fortificação, polarização e dualização, *gentrification* e invasão entre outros. O autor então conclui seu artigo afirmando que estas diversas noções são criadas visando o entendimento de determinada situação socioespacial em um determinado tempo, mas que se torna imprecisa quando é transposta para outras realidades.

No segundo capítulo “*Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano*”, Roberto Lobato Corrêa analisa a segregação a partir de três temas que ele considera como sendo mais importantes: a) a segregação residencial e classes sociais; b) a espacialidade da segregação residencial; e c) as áreas sociais. No primeiro item, o autor analisa o tema da segregação residencial a partir da Ecologia Humana, mostrando suas contribuições e seus limites, principalmente apresentado as críticas propostas por autores como David Harvey. Já no segundo item, Corrêa analisa a espacialidade da segregação residencial a partir de três modelos: I) o modelo Kohl-Sjoberg, que se resume ao padrão centro-periferia; II) o modelo de Burgess das zonas concêntricas a partir do centro da cidade, e III) o modelo de Hoyt, da segregação residencial ao longo de setores. Este segundo item é encerrado com a discussão de configurações espaciais mais complexas da segregação, com exemplo das cidades latino-americanas. Por fim, o último item do texto traz a discussão e a operacionalização do conceito de áreas sociais. Iniciando a partir da discussão das “áreas naturais”, propostas pela Ecologia Humana como “um estado de equilíbrio desfeito e refeito a cada momento da evolução” (CORRÊA, 2013, p. 53), o autor chega à ideia de “áreas sociais”, também estabelecida no interior da Escola de Chicago nos anos 1950, aprofundado nas décadas seguintes. Apesar das críticas existentes e das limitações conceituais das “áreas sociais”, o autor finaliza sua contribuição defendendo que este conceito ainda é importante para entender a segregação na cidade contemporânea.

No capítulo terceiro, Maria Encarnação Beltrão Sposito debate o tema “*Segregação socioespacial e centralidade urbana*”, que dá título ao capítulo. O objetivo da autora é contribuir para o debate a partir do par analítico “segregação socioespacial” e “centralidade urbana”, mostrando “como o processo de segregação socioespacial se amplia e se transforma no de fragmentação socioespacial” (SPOSITO, 2013, p. 61). A autora parte do conceito de segregação, identificando suas possibilidades e limites, passando pela discussão sobre a multidimensionalidade do conceito de segregação e chegando ao tema das novas segregações. A autora desenvolve um questionamento dos “velhos” modos de segregação, apontando para a potencialidade analítica do par segregação-autossegregação. Por meio do debate entre centro e centralidade a autora se concentra em uma “nova” forma de segregação, possível de ser analisada a partir da discussão do centro e da centralidade urbana. A segregação se manifesta, para Sposito, além de seu modelo residencial, na cidade monocêntrica e na cidade multi(poli)cêntrica, na medida em que novos centros e centralidades são produzidos nas cidades. Essas segregações, que se manifestam de várias maneiras (uso do automóvel, em espaços como *shopping centers* e nos novos *habitats* urbanos) nos levam a identificar que um processo mais amplo se manifesta nas cidades, que é a fragmentação socioespacial, que, conclui a autora, deve ser entendido a partir do entrecruzamento entre as dimensões espacial e temporal, tendo os tempos desiguais dos cidadãos, principalmente em termos de mobilidade, um papel de orientação do processo de fragmentação socioespacial.

No quarto capítulo, Ana Fani Alessandri Carlos se debruça no tema “*A prática espacial urbana como segregação e do ‘direito à cidade’ como horizonte utópico*”. O ponto de partida da autora é a tese segundo a qual a segregação, “em seus fundamentos, é o negativo da cidade e da vida urbana” (CARLOS, 2013, p. 95). Para ela, a segregação é uma característica do espaço urbano contemporâneo, e é no cotidiano, na prática espacial urbana na metrópole, que ela surge como negação, sendo a segregação a expressão dos desdobramentos e contradições da

produção do espaço urbano contemporâneo, manifestando-se na passagem de uma morfologia segregada à segregação como a forma de desigualdade, produzindo uma separação e apartamento, negando a cidade. Neste sentido, a contradição centro-periferia se amplia, e a centralidade, a forma da reunião e da simultaneidade, constitutiva da cidade, é negada. A contradição centro-periferia é, assim, um resultado da urbanização sob a égide do capital, produtora da segregação e difundindo-a. Produzido sob a ordem do capital, o espaço urbano, argumenta a autora, se transforma em valor de troca, entrando na prática socioespacial normatizando as atividades, subordinando as relações na cidade, e redirecionando a prática socioespacial por meio da racionalidade econômica e produzindo a cisão dos elementos da vida urbana e esvaziando os seus conteúdos. Desta maneira, a práxis se fragmenta na medida em que o espaço urbano se reproduz juntamente ao movimento de mundialização da sociedade urbana e do capital. Constata-se, segundo a autora, um encolhimento da esfera pública e a expansão da esfera privada, revelando os novos conteúdos da urbanidade, em que a prática socioespacial é a negação da cidade. Surge, então, a necessidade da luta pelo direito à cidade como horizonte utópico, com vistas à superação da contradição do valor de uso-valor e de troca e a superação da propriedade privada, que é o fundamento do capitalismo.

No quinto capítulo, “*A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano*”, Isabel Pinto Alvarez desenvolve a ideia segundo a qual a segregação é um dos fundamentos da produção do espaço urbano. A autora se pauta nas ideias desenvolvidas por Henri Lefebvre, David Harvey, entre outros, de que a urbanização é parte do processo geral da acumulação do capital, tendo o espaço um papel fundamental neste processo. Assim, a segregação é pensada pela autora como “conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista” (ALVAREZ, 2013, p. 113), em que a propriedade privada da terra apresenta-se como o cerne da desigualdade socioespacial. Neste sentido, para a autora, surge o urbanismo, tanto como um conhecimento sistematizado sobre a cidade quanto



como uma estratégia, uma ação do Estado, com um papel de mediação para a reprodução do espaço urbano capitalista. A Paris de Haussmann e as concepções higienistas do espaço urbano são os exemplos discutidos pela autora, que mostra como a partir destas intervenções, chegando até o urbanismo modernista de Le Corbusier, o urbanismo se pautou no funcionamento da cidade almejando os usos produtivos da cidade, por consequência, produzindo a segregação. A autora encerra a sua contribuição a partir da análise de São Paulo, dos projetos Nova Guarapiranga e o Nova Luz, para o centro da metrópole paulista. Assim, conclui a autora que os projetos expressam várias contradições, entre o espaço como valor de uso e valor de troca, entre o poder público e os comerciantes e moradores locais, sendo que, enquanto projetos urbanísticos, a primazia do valor de troca se torna evidente, transformando a cidade em uma mercadoria.

No capítulo sexto, assinado por Marcelo Lopes de Souza e intitulado “*Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade ‘empresarialista’*”, o autor busca entender como a palavra segregação, por meio do discurso – que também se dá no cotidiano dos sujeitos – se objetiva em contextos histórico-geográficos específicos. O autor então toma a posição de que é possível usar o conceito de segregação para analisar diversos casos, mas que deve ser ressaltado que as formas como ela se expressa tem diferenças entre os países, com o devido cuidado para não se cair em uma naturalização ou em uma “transistoricidade” do conceito. A partir disso, a semântica urbana entra em cena, sendo que o que é considerado como central pelo autor são o discurso e as práticas espaciais de segregação e “*aquilo contra o que o discurso que denuncia a segregação é elaborado*” (SOUZA, 2013, p. 131 – grifos do autor). É na cidade “empresarialista” ou “empreendedora” que a segregação é promovida pelo discurso da revitalização e suas congêneres. A naturalização do discurso ideológico justifica as práticas de segregação. Assim, o autor analisa como os discursos da “revitalização”, a “regeneração” e a “requalificação”, vinculados e veiculados pelo Estado, apoiam as práticas segregatórias. A “gentrificação”

(*gentrification*) também é analisada pelo autor, tanto conceitual como empiricamente, e o caso do Rio de Janeiro é discutido por ele mais a fundo. Na metrópole carioca, a gentrificação está associada com os megaeventos (Jogos Pan-americanos em 2007, Copa do Mundo 2014 e Olimpíada em 2016), com remoções e despejos, em prol de uma “modernização” e de um “desenvolvimento urbano” pautado em uma “mentalidade empresarialista” que busca remover os pobres das áreas centrais. No seio deste processo, o autor aponta que surgem os contradiscursos dos movimentos emancipatórios, que visam uma nova práxis, uma “revitalização de baixo para cima”, em que os sem-teto são a maior expressão. Conclui o autor que o projeto da “cidade empresarialista” agrava e reforça cada vez a segregação, retirando dos pobres o direito de morar nas áreas centrais das cidades.

No sétimo capítulo, “*Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial*”, Arlete Moysés Rodrigues apresenta reflexões em torno do que ela chama de “loteamentos murados” (LMs), que são aqueles loteamentos que são divulgados como loteamentos fechados, mas que infringem a legislação brasileira de uso do solo, sendo, portanto, ilegais, uma vez que não podem ser fechados ao público em geral. Para ela, os loteamentos murados e os condomínios fechados (CFs) são uma forma de segregação socioespacial calcada na propriedade privada da terra, em que a mercadoria segurança é incorporada. A partir das considerações e diferenciações entre os LMs (ilegais, pois fecham o espaço público, que é inconstitucional segundo a legislação brasileira) e os CFs (legais, pois seguem a legislação condominial brasileira), a autora discorre sobre como o medo e a violência são incorporados pelo mercado nas novas formas de morar, sendo a segurança uma mercadoria essencial destas novas formas de habitação segregadas, incorporada no preço final do imóvel. Ainda que diferentes os LMs e os CFs tenham na propriedade da terra a base da produção da segregação socioespacial, sobretudo com a incorporação da segurança como mercadoria. Estes novos espaços, para

autora, “viram as costas para a cidade, negando-a” (RODRIGUES, 2013, p. 161). É importante mencionar que o Estado tem um papel importante no processo de produção do espaço urbano, e a correlação das forças políticas e suas alianças com o setor privado acabam por contradizer a própria função social da cidade, presentes nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. A autora defende a ideia de que não há autosegregação, pois os que residem dentro dos espaços fechados podem sair em qualquer momento, como podem se preservar do perigo. Neste sentido, os segregados são os de fora, porque são impedidos de entrar, é uma segregação imposta ao outro, aos não autorizados. Tais espaços, desta maneira, produzem, segundo Rodrigues, uma cidade fragmentada e segregada, baseada na apropriação privada dos espaços públicos em que as novas formas de morar se contrapõem à função social da cidade e ao direito à cidade como o valor de uso.

Na contribuição de Angelo Serpa, o oitavo capítulo intitulado “*Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea*”, o autor objetiva analisar como se processa a segregação nos espaços públicos. A partir da análise do Parque de La Villette, em Paris, o autor analisa a autosegregação nos espaços públicos por meio das barreiras simbólicas que existem entre os sujeitos e o espaço urbano. Assim, o autor propõe que a dimensão simbólica da segregação é fundamental para entender o processo de produção e reprodução do espaço urbano. Ao longo do texto, o autor argumenta que os parques públicos seguem as estratégias segregacionistas da requalificação urbana, sendo, portanto, um instrumento de valorização fundiária. Assim, o parque contribui para o processo de substituição da população das áreas requalificadas. Como os parques propiciam novas práticas socioespaciais, em especial aquelas do “ponto de vista cultural”, a dimensão simbólica deve passar ao primeiro plano para compreender a segregação, que se expressa como representação, e aí o capital cultural, em relação dialética com o capital econômico, acaba produzindo os estereótipos e estigmas, pois as classes e os grupos se apropriam diferentemente do espaço público. Neste sentido, são estabelecidas diferenças e “distâncias diferenciais” no

processo de apropriação do espaço público na cidade contemporânea, resultando em representações diversas, que inclusive podem legitimar o processo de segregação socioespacial. Assim, o autor argumenta que o espaço público se transforma em uma “justaposição de espaços privatizados” (SERPA, 2013, p. 176), onde a diferença se transforma em segregação, negando o convívio “entre diferentes” e as relações com os “outros”. É, em outras palavras, a “consagração do individualismo” por meio da formação de territórios no espaço público. Desta forma, os efeitos de classe (ou segmentação) se sobressaem em relação aos efeitos de massa (transversalidade), em que a “coespacialidade” (relações entre espaços) é fraca ou ausente, já que o espaço público na cidade contemporânea é, para o autor, revelador da segregação e onde se revelam as profundas desigualdades existentes nas cidades.

O último capítulo do livro, “*A abordagem da segregação socioespacial do ensino básico de Geografia*”, Glória da Anunciação Alves se dedica a analisar aqueles que são os materiais mais difundidos e usados como referenciais no planejamento do ensino no Brasil: o livro didático. A partir de alguns livros que foram aprovados no PDNL 2008 e no PNDL 2010 (dois de ensino fundamental II) e no PNDL 2012 (três de ensino médio) para as escolas públicas de São Paulo, a autora objetiva entender como a segregação é analisada nestes materiais didáticos. Ao longo do seu texto, ela constata que os livros didáticos analisados dão maior ênfase às imagens, deixando o processo de lado, o que faz com que a segregação socioespacial seja geralmente vista – em grande parte de maneira indireta, pois o vocábulo “segregação” é raramente usado, encontrado apenas em um dos livros – como um fato natural, resultado de problemas individuais, como incapacidade, (in)competência e (in)disposição para o trabalho e estudo. A autora conclui sua contribuição afirmando que “os materiais didáticos, ao invés de trazerem para o ensino o debate sobre os processos que levam à segregação socioespacial, continuam reforçando o pensamento neoliberal que está presente no cotidiano de nossa sociedade” (ALVES, 2013, p. 199).

Finalizando, uma questão, ao menos, pode ser levantada: que lições podemos tirar desta publicação? Pelo menos três pontos podem ser ressaltados, sem prejuízo para outras possíveis interpretações: primeiramente, é um livro heterogêneo, que apresenta interpretações diversas sobre a segregação socioespacial, e isto fica claro em cada texto, como demonstram as relações entre os aspectos simbólicos e o espaço público (SERPA), o simbólico e o discurso (SOUZA), a relação entre centralidade urbana e segregação (SPOSITO), o papel da propriedade privada e da segurança (RODRIGUES), além da segregação como o negativo da cidade (CARLOS), o papel do Estado e do urbanismo (ALVAREZ), das classes sociais (CORRÊA), do ensino na reprodução da segregação (ALVES), além da diferenciação do conceito de segregação de outros de acordo com os processos e realidades (VASCONCELOS). Coloca-nos, portanto, diante de um debate que é amplo e complexo, seguindo diferentes orientações teórico-metodológicas. Em segundo lugar, mencionar que é um livro que aparece em um momento importante para o público brasileiro, visto que o contexto atual por que passa o Brasil, com a realização dos megaeventos, só para ficar em um exemplo, é complexo e evidencia como a segregação socioespacial nas cidades brasileiras é ainda um assunto fundamental, que é retratado diariamente nos meios de comunicação e vivido no cotidiano por milhares de brasileiros. Por fim, o terceiro ponto a ser ressaltado é que a partir das análises expostas no livro, torna-se prevalente pensar a cidade que queremos construir para o futuro, em que as formas de uso e apropriação do espaço urbano possam ser cada vez mais pautadas na lógica do valor de uso, da reunião das pessoas, do encontro, em que o direito à cidade possa ultrapassar o modismo e o *slogan* – como vem sendo referenciado nos últimos anos – e se realize tal qual “meditou”<sup>4</sup> Henri Lefebvre (2008 [1968]),

---

<sup>4</sup> O uso do termo “meditação” é usado aqui para fazer correspondência ao pensamento de Lefebvre no livro “Metafilosofia”, para quem a “meditação” é mais profunda do que a reflexão, porque envolve a *poiésis*, o ato que é criador (LEFEBVRE, 1967).

na centralidade, como qualidade essencial do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2008b [1972]).

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de.; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 39-62, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Espaço e política*: Belo Horizonte: EDUFMG, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Metafilosofia: prologômenos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

\_\_\_\_\_. Em torno de um hífen. *Formação*, Presidente Prudente, n. 15, v. 1, p. 159-161, jan./jul., 2008.

VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Contexto, 2013.